



Carta Aberta ao Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro, Relator da Reforma Tributária

São Paulo, 05 de julho de 2023.

Exmo. Sr. Deputado Federal Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro,

Ref.: Reforma tributária e a saúde dos brasileiros

Prezado Senhor,

Diante do momento oportuno para proteção da saúde dos brasileiros, os profissionais de saúde envolvidos no cuidado de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) requeremos vossa atenção para a situação atual.

No Brasil, a principal causa de morte na população são as DCNTs, como diabetes melito, hipertensão arterial sistêmica, câncer, doenças cardiovasculares e obesidade. Essas doenças acometem um número elevado e continuamente crescente de brasileiros, o que tem impacto direto na qualidade e expectativa de vida. Segundo o Ministério da Saúde, foram registrados mais de 730 mil óbitos por DCNTs em 2019 (54,7% do total), dos quais 308.511 (41,8%) ocorreram prematuramente. Além de elevar os custos dos sistemas de saúde público e privado, as DCNTs afetam também toda a economia do país de forma direta, pois levam ao absenteísmo e à aposentadoria precoce.

Embora as DCNTs tenham causas múltiplas, como predisposição biológica, fatores psicossociais e inatividade física, a má alimentação é o fator ambiental reconhecidamente mais relevante para o desencadeamento do cenário atual. A mudança no padrão do consumo alimentar da população nas últimas décadas coexiste com o desenvolvimento da epidemia de obesidade e de outras DCNTs. Houve um crescimento no consumo de alimentos ultraprocessados, produtos que contêm excesso de açúcar, gordura e/ou sal, em proporções que os tornam hiperpalatáveis, levando à ingestão exagerada. Esse consumo excessivo é favorecido ainda mais pelo preparo fácil, durabilidade, estratégias publicitárias e, especialmente, baixo custo dos mesmos.

O custo dos alimentos ultraprocessados é beneficiado pelo atual sistema tributário, que permite uma isenção bilionária à indústria de refrigerantes. Isso gerou, nos últimos 15 anos, um custo proporcionalmente maior dos alimentos saudáveis, ou seja, aqueles in natura ou minimamente processados (como frutas, legumes e verduras), em relação ao dos alimentos ultraprocessados. Assim, o sistema tributário atual vai na contramão do que a saúde pública urge: uma alimentação adequada e saudável para o povo brasileiro! Essa atual distorção tributária pode e deve ser corrigida agora.

As escolhas alimentares resultam de diversos fatores, que vão além do conhecimento da necessidade de consumir mais alimentos saudáveis. São atos muito mais intuitivos da natureza humana, que do livre arbítrio individual. Dessa forma, faz-se necessário viabilizar o acesso aos alimentos saudáveis em



alinhamento ao Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, através de incentivos e desonerações fiscais para os alimentos in natura e minimamente processados em toda sua cadeia de produção e distribuição, além de tributar de forma majorada os alimentos ultraprocessados.

O momento atual da reforma tributária é crucial para a economia, mas também para promoção da saúde da geração atual e das futuras gerações de brasileiros, através da garantia do acesso à alimentação saudável. Certos do compromisso de V. Exa. com a saúde do povo brasileiro,

Subscrevemo-nos,

Bruno Halpern

Presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO

Éldio Bonomo

Presidente do Conselho Federal de Nutrição – CFN

Berenice Bilharinho de Mendonça

Professora Titular da Medicina - Endocrinologia e Metabologia Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Ana Claudia Latrônico

Professora Titular da Medicina - Endocrinologia e Metabologia Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Patrícia Jaime

Coordenadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo – NUPENS-USP

Nariane Chaves Pereira de Holanda

Chefe do serviço de endocrinologia e metabologia do HULW – Universidade Federal da Paraíba

Levimar Araújo

Presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD

Paulo Miranda

Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia – SBEM